



Condição histórica e produção estética na periferia: uma visão panorâmica sobre o lugar do romance histórico de língua portuguesa

Historical condition and aesthetic production in the periphery: a panoramic view of the place of the Portuguese-language historical novel

Dossiê: O Realismo e sua atualidade: arte, literatura e impasses intelectuais frente aos desafios da democracia

Rogério Max Canedo*

ORCID: 0000-0001-7379-572X

E-mail:
max_canedo@ufg.br

Recebido: 09/10/2024
Aprovado: 26/11/2024

Resumo:

pretendeu-se, aqui, fazer um levantamento da urgência e da permanência do romance histórico (LUKÁCS, 2011; ANDERSON, 2007) nos países de língua portuguesa a sul do mundo. O que buscamos apresentar, na discussão que segue, é o modo como a forma narrativa originada no século XIX, pelo escocês Walter Scott, segue atuante em países cujas histórias fundacionais carregam traços em comum, o que os tornam mais próximos em suas necessidades históricas e em suas representações (ABDALA JR, 2014). A partir de uma amostragem panorâmica de modelos de romances históricos produzidos no Brasil e em boa parte dos países africanos de língua portuguesa, aferimos que o romance histórico contemporâneo, ainda que com adequações formais distintas, segue sendo um modo de apresentação das crises históricas que alicerçaram a formação dos países decorrentes do processo colonial, empreendido pelo antigo império colonial português, assim como de sucessivas fraturas democráticas.

Palavras-chave:

romance histórico; literaturas de língua portuguesa; Brasil; África.

Abstract:

this study aims to survey the urgency and continuity of the historical novel (LUKÁCS, 2011; ANDERSON, 2007) in Portuguese-speaking countries of the Global South. The discussion that follows seeks to present how the narrative form that originated in the 19th century, through the Scottish writer Walter Scott, remains relevant in countries whose foundational histories share common traits, making them closer in their historical needs and representations (ABDALA JR, 2014). Based on a broad sample of historical novels produced in Brazil and across several Portuguese-speaking African countries, we conclude

*Doutor em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB), com bolsa de pesquisa CNPq e Doutorado PDSE/CAPES pela Universidade de Lisboa, Portugal. Desenvolve pesquisas com enfoque sobre o gênero romance e a sua relação com a história. Nesse âmbito, o corpus teórico predominante é o romance histórico, visto sob perspectiva da crítica marxista dialética. Seu atual projeto de pesquisa, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística na Universidade Federal de Goiás tem por título Literatura, história e formação social nas literaturas de língua portuguesa. Tem Pós-doutorado na Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina, sob o título La Montaña Mágica, de Thomas Mann, en los debates en torno al realismo en la novela histórica del humanismo antifascista. É membro pesquisador nos grupos de pesquisa Literatura e Modernidade Periférica e Mayombe: Literatura, História e Sociedade, ambos da Universidade de Brasília (UnB) e filiados ao CNPq, com ingressos em 2009 e 2013, respectivamente. É Diretor da Cátedra Lídia Jorge/Instituto Camões (UFG) e professor efetivo de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Ensino de Literaturas na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG)

that the contemporary historical novel, despite exhibiting distinct formal adaptations, continues to serve as a mode of representing the historical crises that shaped the formation of nations arising from the colonial process led by the former Portuguese colonial empire and from successive democratic fractures.

Keywords:

historical novel; Portuguese-language literatures; Brazil; Africa.

O romance histórico permanece como uma forma literária de relevante urgência “como uma tentativa desesperada de nos acordar *para* a história, em um tempo em que morreu qualquer senso real dela” (ANDERSON, 2007, p. 2029, grifo do autor). Visto a partir de uma perspectiva teórica, cuja tradição aponta o prelúdio dessa forma literária em Walter Scott, o romance histórico contemporâneo segue dando sinais de validade, sobretudo nos países periféricos do globo, se estivermos considerando um projeto formal de narrativa que dá condições à reativação da história pretérita e das relações de causalidades das ações humanas para a composição material da história no presente (LUKÁCS, 2011). Nas últimas décadas, ao abordarem determinadas estratégias narrativas particularmente possíveis nesse modelo narrativo, produzido nos países do sul do mundo, particularmente, alguns estudiosos têm demonstrado o reequacionamento de determinadas categorias narrativas do romance histórico intentado nesse espaço geopolítico, o que corresponderia a uma releitura de determinadas premissas fundacionais reverberadas no sistemático ensaio de György Lukács, publicado em 1936. Esse reequacionamento, que responde à própria guinada da história, se efetiva para dar condições de aproximação da matéria vivencial e das sucessivas crises, também históricas, pelo qual passou o mundo no século XX, em especial acerca das identidades nacionais e das sucessivas crises democráticas, gerenciadas pelo medo e pela violência decorrentes de regimes totalitários implantados como projetos. Desses caracteres históricos e sociais decorre um destacado empenho na produção do romance histórico, como adverte Perry Anderson: “Hoje, o romance histórico se difundiu como nunca nos âmbitos superiores da ficção, mais mesmo que no auge de seu período clássico nos inícios do século XIX” (2007, p. 216). O que ocorre nesse bloco sul do mundo, sentenciado por um conjunto de histórias fundacionais afins (ABDALA JR., 2014) e balizado pelos escabrosos processos de ocupação, pelas despóticas conjunturas políticas de manutenção do poder e pelas fraturas democráticas causadas, quase sempre, por golpes de estado, é que ainda está em aberto e em tensão algum sentido da história e, por conseguinte, um cenário favorável para a produção do romance histórico. Assim, compreender o novo impulso da produção do romance histórico passa pelo seguinte entendimento:

Uma resposta-padrão diria que, se deixarmos de lado precursores individuais, a decolagem dessas formas data dos anos 1970. O que elas traduzem, essencialmente, é a experiência da derrota — a história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo, lirismo e colorido: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, os desaparecimentos e torturas que marcaram o período. Daí a centralidade de romances sobre ditadores nesse conjunto de escritos. As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo, de acordo com essa leitura, seriam originadas a partir das esperanças frustradas do presente, bem como de muitas reflexões, advertências ou consolações. É difícil negar a força desse diagnóstico (ANDERSON, 2007, p. 218).

O que aponta o estudioso inglês vai ao encontro de uma premissa fundamental apresentada por György Lukács em seu ensaio de 1936, qual seja, a importância do romance histórico como captador do caráter histórico da formação e do processo progressivo e contraditório das comunidades. A condição concreta da vida, reverberada nessa forma literária, portanto, tentará reestabelecer os nexos da própria condição histórica e de seu condicionamento histórico como tal. Esse exercício, para o qual György Lukács chama a atenção, é responsável e capaz de dar “o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade. Essa totalidade concreta não é de modo algum dada imediatamente ao pensamento” (2012, p. 76). Para o teórico, o que fundamentalmente deve estar resguardado no romance histórico, sobre o qual Walter Scott foi um representante particular, é o despertar dos homens que protagonizaram a história. Senão, vejamos:

No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica (LUKÁCS, 2011, p. 60)

Nessa forma literária, o modo como a apreensão do sentido da história se materializa, compreendida como processo e como totalidade concreta da vida e de suas determinações, avulta e se torna preponderante, recuperando e atualizando o que György Lukács apresentou em seu estudo sobre o romance histórico (2011). Em particular, nos países de língua portuguesa, ao sul do mundo, a compreensão de parte significativa de suas histórias ainda se faz urgente. Nesse campo, a arte, mais especialmente o romance histórico, torna-se um modelo literário bastante relevante e significativamente atual. No caso do século XX, sobretudo em sua segunda metade, destaca-se uma larga produção de tal tipologia de romance em países cujas histórias fundacionais e/ou histórias políticas são mais ou menos comuns entre eles. Em geral, o que está em pauta nesses romances é a compreensão de marcas a serem revisadas acerca de passados outrora silenciados ou apagados. Nesse aspecto, o que nos interessa, substancialmente, é a observação da produção de romances históricos naquilo que neles se apresenta como essencial, a saber, a recuperação de uma história processual que diz respeito à vida de sociedades ali narradas, apresentando, a partir de uma intersecção en-

tre a vida pública e vida privada, o trespasse dos eventos coletivos na vida individual dos personagens e como esses personagens são resultantes das movimentações históricas de suas respectivas épocas. Ainda que a partir de uma amostragem bastante panorâmica, feita por nós aqui, é possível verificar como os romances *O tetraneto del-rei*, de Haroldo Maranhão, *A gloriosa família*, Mayombe e Yaka, de Pepetela, *Nós, os do makulusu*, de Luandino Vieira, *O outro pé da sereia*, de Mia Couto, *O olho de Hertzog*, de João Paulo Borges Coelho, *O testamento do Sr. Napumoceno*, de Germano Almeida, e *A última tragédia*, de Abdulai Sila, são exemplares dessa forma literária de exímio exame da vida histórica, produzidos na esfera sul do mundo de língua oficial portuguesa e de forte empenho à reequação dos sentidos históricos. Para nós, o que interessa verificar nas obras elencadas é aquela capacidade de fazer reverberar, nessas ficções, a “sensibilidade para a história” e a “consciência do desenvolvimento histórico” (LUKÁCS, 2011).

Diante da breve análise que propomos, levantamos uma hipótese: a de que os romances históricos produzidos largamente na segunda metade dos séculos XX, nos países periféricos de língua oficial portuguesa, estão inseridos em um ambiente de atuação consciente, reverberados em seus projetos mesmos, de apresentar, via arte, aspectos esquecidos ou negligenciados da história de determinados momentos fundacionais da formação nacional, balizada, nesse caso, pelo processo colonial empreendido pelo antigo império português. Em boa medida, o romance histórico em língua portuguesa, produzido nas últimas décadas do século XX, promove a releitura do empreendimento colonial português. Para Rita Chaves,

Em todos os territórios colonizados por Portugal, a produção literária chamada nacional nasce sob o signo da reivindicação, trazendo para si a função de participar no esforço de construir um espaço de discussão sobre a condição colonial. [...] A prática literária surge, desse modo, mediada pelo compromisso com algo que, sem desconsiderar a dimensão estética dos textos, busca ultrapassá-la, empenhada em potencializar seu poder de intervenção (CHAVES, 2005, p. 289).

Por essas vias, o que se verá é uma iniciativa consciente, coletiva ou não, para a produção do romance histórico nos países chamados lusófonos, a sul do mundo, que reequacionará, via ficção, suas respectivas condições históricas. Do ponto de vista da vida material, trata-se de países outrora silenciados pelo estatuto colonial, mas não só. São nações fraturadas por movimentos despóticos e totalitários, dos dois lados do Atlântico. Essa condição particular das comunidades à margem passa a ser o mote central para um impulso e um empenho na produção da forma literária iniciada por Walter Scott e que, ainda hoje, permanece como modelo válido de relação entre a vida material e a representação literária (LEITE; BERGAMO; CANEDO, 2021).

O romance histórico de língua portuguesa em visão panorâmica

Tomamos, aqui, para o início dessa reflexão, o romance *O tetraneto del-rei*, do autor brasileiro Haroldo Maranhão, publicado em 1982. Nessa narrativa ficcional, de nítido diálogo com o decurso da formação brasileira, outras vozes da história, menos eloquentes, vão sendo levantadas, como, por exemplo, quando da importância que é dada pelo narrador a uma versão histórica que é contada com foco na vida e na sociabilidade dos indígenas a respeito do processo de aculturação português. O discurso dual e contraditório do personagem central, neste romance, assim como a exposição feita pelo narrador, e até mesmo a perspectiva dualista na construção estrutural da própria narrativa, alerta para uma reequação marcadamente irônica e paródica da história do processo colonizador no Brasil. Essa perspectiva retificada pode ser notada como quando se encontra, nitidamente, a duplicidade entre o que é contado como verdade, nas cartas enviadas para Portugal, e o que de fato aconteceu no Brasil, quando do contato mais próximo dos portugueses com os povos indígenas. No caso do protagonista, as principais diatribes discursivas sobre um feito heroico que nunca existiu se dão nas cartas que escreve para a mulher amada que deixara em Portugal, à espera de seu retorno, como se vê no trecho de uma das correspondências:

Aqui se mostra bem claro quanto ousado é adentrar-se de resoluto peito estas paragens, conforme resolutos procedem os nossos, tão provados nas guerras da Índia, em as quais muitos mais iam do que tornavam. Em prova deste discurso, gabo-me de que em dada hora do dito anteontem, em que tão calmos nos ocupávamos, a súbitas caíram-nos em cima os miserabilíssimos em multidão, ostentando aos olhos apertada ânsia de sangue português. O bom capitão não se perde pelas afoitezas. Cercados num círculo não de ferros mas de feros, o que a mesmíssima cousa é, atirei-me à frente da minha tão apoucada embaixada no respeitante a números, e nomeei-me mandatário del-rei, convidando-os à amizade. Inda não o sou eloquente na bárbara língua, sendo assi incapaz de proferir-lhes palavras de urbanidade, que a um fidalgo competiria. Tôdolos os inimigos retesavam seus arcos à máxima tensão, postas as frechas a meio palmo de serem zunidas. O aspeito deles era de assassinos, olhos de feras e sanguinolentos. Acudiu-me um gesto que a mim me pareceu benigno. Flexionando uma muí cortês inclinação, atirei-lhes aos pés, meu rico chapéu, que vós mesmas, uma noute, atraístes sobre o peito que arfava, em afectuosa demonstração (MARANHÃO, 1982, p. 17).

No entanto, contrapondo-se ao discurso heroico do personagem central, o narrador expõe o desfecho desastrado de quase todos os encontros das tropas portuguesas com os indígenas, como quando, em um destes momentos, “disparou o Jerónimo a correr” e, como relata o onisciente narrador, fugia o fidalgo “de criaturas de boa sombra” (MARANHÃO, 1982, p. 16). Essas duas verdades, por dizer assim, são contraditórias e complementares. Delas parece surgir uma versão mais ampla do que foi o processo colonizador e de assimilação entre brancos portugueses e índios. Uma via de mão dupla vai sendo estabelecida para uma verificação tensionada da versão comumente aceita acerca da empreitada dos “descobridores”. A história do processo colonial português no Brasil, datada do século XVI, em especial, a história da chegada do principal donatário das terras de Pernambuco ao Brasil, Duarte Coelho, é requerida nes-

sa obra de ficção. No entanto, ela é auditada em seus sentidos, já que, desde logo, o leitor é informado que se trata de uma esquadra marítima que chega guiada por um louco, ente rebaixado, assim, pela perspectiva do narrador. Portanto, a partir da formulação dessa narrativa o pretérito passa a ser reequacionado e os sentidos refeitos. É diante do rebaixamento e da dessacralização de mártires da história da chegada dos colonizadores, da ocupação e da colonização portuguesa que se percebe um alerta para outra margem interpretativa. Trata-se de um romance histórico contemporâneo que possibilita uma percepção mais aguda e plural de um fenômeno tão determinante da fundação da brasilidade.

Do outro lado do Atlântico, é possível fazer a leitura do romance de Pepetela, *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*, publicado em 1997, como um autêntico romance histórico contemporâneo, que dá a ver um diálogo estrito entre a literatura e a história a respeito dos processos de ocupação e de colonização portuguesa a que foram submetidos os povos das ex-colônias e de que, nessa recuperação, o passado é revisitado. Trata-se de um romance histórico que expõe em tela nítida os contornos da história de formação de Angola na primeira metade do século XVII, mais detidamente entre os anos de 1641 e 1648, quando da ocupação e permanência dos holandeses que invadiram essas terras africanas para se valerem das vantagens e lucros do tráfico negreiro, expulsando da principal cidade, Luanda, os primeiros colonizadores portugueses. A ficção de Pepetela, ao se debruçar sobre um período histórico determinado, e valendo-se dele para, por vias da ficção, recobrar o próprio sentido histórico desse período de formação, demonstra que estamos diante da forma literária que tem suas balizas naquele modelo narrativo principiado por Walter Scott. Em relação aos princípios do romance histórico, um dos pontos fortes de posicionamento acerca do *ser assim da história* (LUKÁCS, 2011) é a voz que se estende aos sujeitos que outrora foram silenciados, representada pelo poder narrativo do escravo, mudo, que conta as peripécias da família de Baltazar Van Dum em um cenário de disputa política e econômica vigente em Angola, em função da exploração do negro como escravo, como mercadoria exportável e explorável. O narrador, escravo, que guiará o leitor à compreensão do compasso da vida social em Luanda do século XVII, revela: “não é só curiosidade vã, eu tenho sentido de História e da necessidade de a alimentar” (PEPETELA, 1999, p. 120).

A partir de uma perspectiva não oficial da historiografia, o que se percebe no romance de Pepetela é uma espécie de reconfiguração da história, vista e refletida no afã de compreender a formação da sociedade angolana, não mais da perspectiva do colonizador ou do olhar distante do cronista estrangeiro, mas a partir de um esforço de aproximação dos grupos sociais que formam essencialmente a genealogia da recente nação. É nesse sentido que se posiciona o narrador escravo, negro, com irreverente perícia irônica e paródica, buscando ver tudo, saber de tudo e imaginar, criativamente,

aquilo que não lhe foi possível perceber, preenchendo as lacunas de sua teia narrativa. No encadeamento de ações protagonizadas pela especiosa família Van Dum, o escravo consegue mostrar a maneira pela qual o ímpeto colonizador português agiu na colônia e como esse processo consequentemente configurou a estrutura social da região.

No caso de Pepetela, há ainda outros importantes romances históricos cujo escopo é a formação nacional. Para ilustrar, do vasto conjunto de obras publicadas por esse autor angolano, poderíamos falar da destacável produção literária que é *Mayombe*, publicado pela primeira vez em 1980, ainda que tenha sido escrito entre os anos de 1970 e 1971, quando o escritor lutava pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), romance que reconstrói, ficcionalmente, os anos de guerra entre os angolanos e o exército português, este último ávido pela manutenção do poderio luso em terras angolanas. Há, ainda, *A geração da Utopia*, romance que abarca narrativamente um largo período histórico, pelo menos entre os anos de 1961 a 1991, entre a utopia, a ação de luta armada e a distopia das conquistas sonhadas. O que está encenado nesse romance histórico, publicado em 1992, é o transcurso da formação nacional desde a luta colonial à pretensa independência, trespassada pelos desafios da construção política e material do estado, assim como das lutas internas que durará, pelo menos, até 2002. Vale aqui uma breve menção a outro romance histórico de Pepetela, *Yaka*, produzido no ano de 1983 e publicado no ano seguinte. Nesse romance, protagonizado pelo personagem Alexandre Semedo, vislumbra-se um importante painel do destino particular e coletivo de Angola. Trata-se da saga de uma família de colonos que se instala em Angola nos finais do século XIX. O tempo narrativo vai de 1890 à vitória do MPLA pela independência do país, esta oficialmente celebrada em 1975, portanto, quase cem anos de apreensão histórica abarcados nesse romance. Uma particularidade dessa obra é a de apresentar que o embate entre colonizadores e colonizados não está circunscrito às voltas da década de 1970, como parece pressupor as chamadas “Guerras Coloniais”, assim nomeadas pelos portugueses. A resistência, por parte dos homens da terra, nunca deixou de existir, ainda que o discurso historiográfico oficial tenha reservado a sua tinta quase sempre para os registros das relações de cordialidade, impressas pelo colonizador. É possível verificar, no romance, o quanto a história privada da família Semedo está entrecortada pela história coletiva, pela história pública de Angola e de sua condição colonial, sobretudo quando o mote é tão evidente: a guerra. O narrador nos diz no princípio do romance:

Isto sempre foi assim. Guerra aqui, guerra ali. Vai haver no Bailundo? Normal. Desde que estou nesta terra, vai parta quarenta anos, nunca ouvi falar de outra coisa. Já nem ligo. E a maior parte nem sabemos, só em Portugal é que se sabe. Não te preocupes com a guerra. O que me chateia é o preço da borracha, estamos a ficar de tanga (PEPETELA, 1984, p. 31).

Da chegada dos portugueses à África, para se fixar nessas terras e pelos inúmeros

conflitos que se dão entre os colonizados e os colonizadores, toda a trama, pública ou privada, privilegia, nas mãos do narrador do romance de Pepetela, a voz dos outrora silenciados, potencializando a capacidade que tem esse romance histórico de trazer à luz uma versão problematizada da vida dos angolanos, dando condições ao leitor para o exercício de consciência da história como processo, como produto da ação humana.

Ainda em Angola e sobre Angola, outra narrativa histórica se destaca, *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vieira, publicado em 1974. Romance histórico que traz uma forte marca documental que mantém viva, por vias da criação ficcional, uma luta persistente de denúncia da barbárie social e das forças centrais de sua emergência e permanência. Trata-se de obra tecida de memórias em que, a partir da morte do irmão *Mais Novo* – um dos protagonistas centrais dessa narrativa, o outro irmão, o *Mais Velho*, deixará entrever, em suas reflexões, os embates entre o espaço colonial português e a sua manutenção em Angola. Nesse sentido, a condição histórica específica e a sua interação com a vida dos personagens é posta em xeque, reverberando a condição desajustada e injustificada da manutenção portuguesa nesse território. O mote diz respeito ao sentimento de pertença, e de algum afeto, desse narrador-personagem à terra onde sempre viveu em África, mesmo sendo um descendente português.

Desde o início do romance de Luandino Vieira, o que se percebe é o grau de consciência, ainda em processo, do irmão *Mais Velho* que, por sua vez, é díspar em relação às ações dos seus demais familiares portugueses. No entanto, o processo de compreensão desse embate é por vezes difícil. Ao colono, a situação posta pela imposição cultural e de usurpação de bens materiais secular é naturalizada. Por outro lado, aí se fundamentam os pontos motivadores dos movimentos que deflagraram a guerra de libertação. Em plena década de 1960, em Angola, onde as forças coloniais e as de independência estão em evidente atrito, a grande contribuição desse romance está em sua capacidade de narrar os conflitos atinentes ao meio familiar português, revelando como os desmandos desse império colonial traz ônus irreparáveis para ambos os lados, cada um em sua defesa:

A mãe dizia: “terroristas”, eu queria emendar, queria desviar o coro das vizinhas dando pêsames e o choro silencioso da mãe, e dizer: guerrilheiros – mas ninguém que me percebia, eu não falava a mesma língua que elas, elas diziam terroristas e, naquela hora, queriam dizer morte só, e eu queria fazer discriminações na morte, classificar mortes e elas não: terroristas, guerrilheiros, guerra, morte, tudo era o mesmo naquela hora (VIEIRA, 1991, p. 27-28).

No plano individual, o protagonista revela uma consciência mais ampla dos processos que resultam da história colonial, mais especificamente da presente história da guerra de libertação versus a guerra colonial. Ao recordar uma das ações de seu irmão, já como soldado defensor do império, o *Mais Velho* narra uma das vezes em que Maninho foi a combate, pelas tropas coloniais, nas regiões próximas a Luanda, mais pre-

cisamente entre o Úcua e o Nambuanguongo. Maninho estava “camuflado e guerreiro e o outro guerreiro não camuflado lhe procura o sangue pelo buraco do cano da arma que custou a vida num seu camarada, para remir o sangue passado” (VIEIRA, 1991, p. 28). Nessa cena, o que vemos é a vulnerabilidade dos seres humanos na guerra pelos dois lados empreendida, resultando num ciclo de mortes que configuram o fracasso, mas não a rendição, do processo colonizador. O que está em pauta é o universo colonial e, sobretudo, as suas contradições, não expostas no discurso historiográfico oficial.

Do lado índico do continente africano surge o romance histórico *O outro pé da sereia*, de Mia Couto, publicado em 2006, cuja narrativa apresenta Moçambique sob a ótica de dois tempos históricos distintos. Entre a magia do passado, coletiva, e o presente articulado pelos sujeitos para benefícios particulares, a história da colonização portuguesa vai ganhando relevo, contudo, sobre outra perspectiva, mais contraditória, mais complexa e muito mais representativa dos povos locais. Os resultados da colonização se fixam como memória, mas também como presença:

Ao chegar à praça, Mwadia se espantou: o que restava da barbearia não era mais que uma parede arruinada, localizada ao fundo, nas traseiras do que já havia sido um edifício. Não havia mais nenhuma outra parede. Nem tecto existia. Tudo se tinha desmoronado durante a guerra. O espaço era aberto, devassado. Mesmo assim, o velho barbeiro continuava fechando à chave, com rigor religioso, a única porta da única parede. A ironia do destino ali se espelhava: sendo ele o guardião do espírito revolucionário, Arcanjo Mistura vigiava agora uma fortaleza sem muros (COUTO, 2006, p.121)

Também em Moçambique, João Paulo Borges Coelho publica, em 2010, o seu romance histórico *O olho de Hertzog*. Trata-se de uma ficção ambientada nas primeiras décadas do século XIX, no país africano, especificamente quando da entrada das tropas alemãs em função da primeira guerra mundial:

O horror é o que fica, fragmentos sem qualquer nexo, invólucros indistinguíveis de meros objectos. Por vezes ainda percebemos um núcleo onde se processa esse combate pela vida, um tronco já sem forma mas que ainda assim exala uma espécie de vibração, ou um gemido. Mas até esse tênue vestígio acaba por desaparecer. Sim, um gemido, um maldito uivo já sem timbre humano. São os invólucros envolvidos por esse som que se nos cola à consciência para sempre (COELHO, 2010, p. 74).

No plano ficcional, um conjunto de personagens estão em busca de um diamante perdido, conhecido pelo nome de “O olho de Hertzog”. Enquanto as figuras ficcionais transitam na antiga Lourenço Marques, capital da então colônia portuguesa, as consequências desse momento histórico específico, em Moçambique, vão sendo reveladas. Nesse romance, a narrativa também perpassa dois tempos históricos que fundamentam o percurso do personagem central, Henry Miller. Unem-se, assim, as pontas de duas histórias: a dos anos convergentes com os da Primeira Guerra Mundial e as do presente do jornalista João Albasini, importante figura da história de Moçambique, como nos apresenta a historiografia oficial.

O que se registra nas entrelinhas desse romance são as movimentações históricas mais autênticas que alicerçam o modo pelo qual a colônia portuguesa foi sendo construída, balizada pela guerra e pela divisão dos valores e das classes. Uma história mais profunda, mais essencial, surge, nesse romance, pela ação quase sempre invisível de personagens muito secundários.

No caso de Cabo Verde, Germano Almeida publica, em 1996, o romance histórico *O testamento do Sr. Napumoceno*. Nas linhas dessa narrativa, há uma crítica contundente aos rumos contraditórios assumidos pelo seu país nos anos antecedentes à independência em relação ao antigo império português, a partir da luta de homens e mulheres liderados, sobretudo, pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Pela história particular de Napumoceno, narrada a partir da abertura de seu testamento, a história de lutas e batalhas de Cabo Verde, de seus embates históricos e da espoliação e mutilação dos valores humanos, vão se revelando, deixando, a nu, muito do que o processo de ocupação português preferiu silenciar. O narrador expõe, assim, a realidade daquele tempo:

Aconteceu, porém, que no período que precedeu a independência uma nunca vista onda de criminalidade assolou a cidade, juntando ao desassossego dessa grave decisão política o outro ainda maior da insegurança de pessoas e bens numa terra até ali conhecida pela temperança dos seus costumes. Vinha, aliás, a talhe de foice esclarecer que ele Napumoceno, não obstante atento e interessado como bom cidadão que sempre prezou ser, não obteve, na questão da independência, os seguros e suficientes elementos básicos que o levariam a optar em consciência. Reparava, por exemplo, que aqueles que pretendiam uma federação com Portugal procediam com a mesma intolerância daqueles que só viam o mar para os seus adversários. E em semelhante clima, ninguém de senso poderia optar em consciência e por isso quando vira os bustos de pessoas respeitáveis como o grande poeta José Lopes ou o prof. Duarte Silva serem arrasados ou arrastados pelas ruas da cidade, como se em vez de diletos filhos da terra, fossem grandes criminosos a merecer a mais ignominiosa punição, decidiu fechar-se em sua casa, redigir o seu testamento em sossego e esperar com paciência a morte (ALMEIDA, 1996, p. 23-24).

No caso da Guiné-Bissau, em 1995, Abdulai Sila publica o seu romance histórico *A última tragédia*, produzido, entretanto, nos anos 80, que narra, ficcionalmente a perturbação advinda dos conflitos, internos e externos, gerenciados pelas guerras coloniais africanas, em especial aquelas que acometem de frente a vida dos guineenses, trespassando as suas vidas e alterando os seus destinos. Segundo o narrador, sobre a condição do guineense em relação ao português:

Podia dizer que não pagava, o que iria acontecer? Se o Chefe fosse de facto como estava a pensar, podia mandar os cipaio para prendê-lo e levá-lo amarrado. Iriam prendê-lo no meio de sua família, com mulheres e filhos a chorar. No posto, seria chicote e palmatória, se calhar, até mijar às calças, se não sair outra coisa pior antes. Isso não é invenção nenhuma, acontecia sempre. Até podia acontecer bem que o Chefe decidisse mandá-lo para o trabalho forçado. Isso é que seria o fim do mundo. E se não fosse isso, de qualquer maneira iria passar um tempo na prisão, isso era certo. Depois de levar porrada, é directamente para a cela, parece que é uma coisa que não podemos fazer sem a outra (SILA, 2011, p. 75)

Essa representação acontece porque o narrador volta aos anos anteriores à independência de seu país. As tragédias se sucedem, sempre na busca por uma liberdade cerceada em todos os sentidos pelo colonizador. Abdulai Sila é, no campo da literatura, um dos importantes representantes da Guiné-Bissau. Segundo a pesquisadora Moema Parente Augel, “o autor se converte em filtro ou plataforma, porta-voz da coletividade antes subalternizada e silenciada” (AUGEL In SILA, 2011, p 20).

O romance histórico como uma consequência

Para uma breve reflexão a partir do panorama exposto, podemos dizer que estamos diante de narrativas de ficção que trabalham com o passado e que, dentro de uma perspectiva de compreensão da história material, das determinações históricas e de seus condicionamentos, iluminam, mais propriamente, o ser assim da vida presente e das causalidades objetivas que determinam a condição histórica. As produções ficcionais dos romancistas apresentados são, portanto, romances históricos contemporâneos que recontam o movimento da história durante e após o processo colonizador português. Chamamos a atenção para um ponto importante: o que aproxima esses romances, para além do marco histórico, é o modo de fazerem dos fatos memoráveis da vida humana uma possibilidade de questionamento, uma indagação e um consequente reequacionamento no processo de consciência sobre a matéria recobrada. Tanto é assim que um dos aspectos mais importantes na experiência de leitura desses romances é a de que a percepção de mundo oferecida neles não se restringe apenas ao evento instituído no passado. Um dos pontos fortes desses romances históricos contemporâneos é a maneira pela qual, ao fazer surgir versões que tensionam o pretérito, o presente passa a ser novamente esquadrinhado. Nesse sentido, como apresenta György Lukács, é que “a questão decisiva do desenvolvimento do romance histórico de nossos tempos é a restauração dos nexos” (2011, p. 415).

Referências

ABDALA JR. “O comparatismo literário entre os países de língua oficial portuguesa: perspectivas político-culturais e reflexões comunitárias”, de Benjamin Abdala Junior. In. PANTOJA, S; BERGAMO, E; SILVA, A. C. (Orgs.). *África contemporânea em cena: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2014.

ALMEIDA, Germano. *O testamento do Sr. Napumoceno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. In: *Novos estudos*. CEBRAP, s/v, n.77, São Paulo, março de 2007, p. 205-202. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000100010&script=sci_arttext>. Acesso em 28 de setembro de 2024.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

COELHO, João Paulo Borges. *O olho de Hertzog*. Portugal: Leya, 2010.

COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEITE, Ana Mafalda; BERGAMO, Edvaldo; CANEDO, Rogério Max (Orgs.). *A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade*. São Paulo: Intermeios, 2021.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MARANHÃO, Haroldo. *O tetraneto Del-Rei*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

PEPETELA. *Yaka*. São Paulo: Ática, 1984.

PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. 4ª Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEPETELA. *Mayombe*. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

PEPETELA. *A geração da Utopia*. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

SILA, Abdulai. *A última tragédia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

VIEIRA, Luandino. São Paulo: Ática, 1991.